

Censo mostra avanço em esgoto e lixo no RS

Avanços nas áreas de esgoto e lixo

Dados do IBGE mostram evolução positiva no RS e no país, mas também indicam que há bastante espaço para melhorias

VINICIUS COIMBRA
vinicius.coimbra@zerohora.com.br

Dados do Censo Demográfico 2022, divulgados na sexta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram avanços no saneamento básico no Rio Grande do Sul e no Brasil em relação ao recenseamento de 2010. Por outro lado, também indicam necessidade de investir em infraestrutura em algumas áreas, apontam especialistas.

Os índices de acesso a banheiros, coleta do lixo, abastecimento e canalização de água e esgotamento sanitário aumentaram em 12 anos no RS. No Estado, 84,85% da população está em domicílios que têm esgotamento. Em 2010, eram 67,03%, e em 2010 havia passado para 73,58%. Mas os que ainda não têm chegam a 1,7 milhão de pessoas no Estado.

No Brasil, a relação é similar. Em 2010, a taxa de domicílios com esgotamento era de 52,8%, e alcançou 62,5% em 2022. Mesmo com o crescimento, o dado aponta que 49 milhões de pessoas – 24,3% – ainda usam “recursos precários de esgotamento sanitário”, na avaliação do IBGE.

– Por ser uma pesquisa universal, podemos identificar quais são os municípios, qual é a parte da população que ainda não tem acesso a esses serviços e que devem ser objeto das políticas públicas daqui para frente, para que, no futuro, os índices sejam melhorados – pontua Luis Eduardo

A situação

BANHEIROS

• No Estado, 99,60% dos domicílios – onde moravam 10,77 milhões de pessoas (99,63% da população) – tinham ao menos um banheiro de uso exclusivo, ou seja, disponível apenas para moradores do imóvel e seus hóspedes. O resultado é melhor em comparação a 2010, quando 98,06% dos domicílios tinham ao menos um banheiro de uso exclusivo.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

• O censo indica também que em 99,35% dos domicílios do RS (onde moravam 10,82 milhões de pessoas em 2022) a água chegava canalizada em torneiras, chuveiros e vasos sanitários localizados dentro da habitação. O resultado é um avanço ante o último censo, quando 85,33% dos imóveis estavam conectados à rede abastecimento de água.

Azevedo Puchalski, coordenador operacional do censo.

– O saneamento não funciona sem investimento, porque basicamente precisamos de infraestrutura. Rede de esgoto, drenagem, da coleta do lixo, do tratamento e do abastecimento de água, que são coisas que custam caro. O resultado é esperado por conta do peso financeiro – afirma Vanusa Dalosto Jahno, professora Programa de Pós-Graduação em Qualidade Ambiental da Universidade Feevale.

Cuidado extra

Vanusa diz que os dados do censo dialogam com o que é visto no dia a dia: o Brasil tem melhorado em diversos pilares do saneamento básico nas últimas décadas. Ela, porém, assinala um cuidado extra com o avanço de apartamentos nos municípios brasileiros, como verificado em Porto Alegre, que pedem atenção às mudanças no saneamento básico das cidades.

– Esse tipo de prédio demanda mais infraestrutura porque causa geração de resíduos, coleta de esgoto e precisa de uma rede de abastecimento de água tratada, por exemplo. O aumento do número de pessoas e moradias exige a criação de estratégias, porque a expansão pode criar problemas ao meio ambiente, à população e ao entorno desses locais. São construções que pedem planejamento melhor – acrescenta.



São 95,47% dos domicílios gaúchos com recolhimento de rejeitos

“

Por ser uma pesquisa universal, podemos identificar quais são os municípios, qual é a parte da população que ainda não tem acesso a esses serviços e que devem ser objeto das políticas públicas daqui para frente, para que, no futuro, os índices sejam melhorados.

LUIS EDUARDO AZEVEDO PUCHALSKI
Coordenador operacional do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

“

O saneamento não funciona sem investimento, porque basicamente precisamos de infraestrutura. Rede de esgoto, drenagem, da coleta do lixo e do tratamento e do abastecimento de água, que são coisas que custam caro. O resultado é esperado por conta do peso financeiro.

VANUSA DALOSTO JAHNO
Professora do Programa de Pós-Graduação em Qualidade Ambiental da Universidade Feevale

Mais apartamentos no Estado

Censo do IBGE apontou que o número de apartamentos no Rio Grande do Sul cresceu 52,2% em 12 anos, de 525,8 mil em 2010 para 800,2 mil em 2022. A quantidade de moradores nesses locais avançou de 1,212 milhão para 1,674 milhão no período, alta de 38,1%.

Entretanto, as casas seguem como o grupo mais representativo entre os domicílios gaúchos. Os apartamentos representam 18,80% do total das residências – eram 14,61% em 2010. Em Porto Alegre, chegavam a 49,55% dos domicílios, o que faz da capital gaúcha o quarto município brasileiro com a maior percentagem, atrás apenas de Santos (SP), Balneário Camboriú (SC) e São Caetano do Sul (SP). A quantidade de

apartamentos aumentou 16,57% em 12 anos em Porto Alegre, de 237,3 mil para 276,6 mil, ou 34,6% dos imóveis desse tipo no RS.

As casas lideram com 3,39 milhões de moradias no Estado, ou 79,7%. Esses espaços eram ocupados por 8,97 milhões, ou 83% da população em 2022. Porém, houve recuo percentual em relação a 2010, quando os 3,03 milhões de casas representavam 84,3% dos domicílios.

– Nas cidades onde temos uma economia mais desenvolvida, como a Serra e a Região Metropolitana, o custo do metro quadrado fica mais caro e provoca a verticalização da cidade – afirma Luis Eduardo Azevedo Puchalski, coordenador operacional do censo.

A comparação

Tipos de domicílios no RS e sua representação em 2022

Casa	3,39 milhões (79,7%)
Apartamento	800,2 mil (18,80%)
Casa de vila ou em condomínio	60,5 mil (1,42%)
Habitação em casa de cômodos ou cortiço	3.581 (0,08%)
Habitação indígena sem paredes ou maloca	não informado
Residência permanente degradada ou inacabada	1.092 (0,03%)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Censo 2022 Pagina: 17